

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ENTRE RECONSTRUÇÃO E RESISTÊNCIA: um estudo sobre o ativismo
feminino nos movimentos de resistência não-violenta na Síria

LUÍSA DE FARIA PEDRETTI DE ANDRADE

UBERLÂNDIA

2025

LUÍSA DE FARIA PEDRETTI DE ANDRADE

ENTRE RECONSTRUÇÃO E RESISTÊNCIA: um estudo sobre o ativismo
feminino nos movimentos de resistência não-violenta na Síria

Projeto de mestrado apresentado ao curso de
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Áureo Toledo Gomes

UBERLÂNDIA

2025

LUÍSA DE FARIA PEDRETTI DE ANDRADE

ENTRE RECONSTRUÇÃO E RESISTÊNCIA: um estudo sobre o ativismo
feminino nos movimentos de resistência não-violenta na Síria

Projeto de mestrado apresentado ao curso de
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Áureo Toledo Gomes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

Prof. Dra Débora do Prado Mendonça

Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá

AGRADECIMENTOS

A escolha em fazer Relações Internacionais veio depois de muitas indecisões, mas após quatro anos na universidade, tenho a certeza de que foi a escolha certa. O caminho até a universidade, e durante ela, foi arduo e cansativo, mas com o apoio e com as companhias que eu tenho a sorte de ter, foi muito mais leve.

Agradeço à minha mãe, Cibela, por ser o meu maior exemplo de amor e força. Minha primeira companhia e meu primeiro amor, tenho a certeza que sem o seu apoio constante e seu encorajamento em seguir no caminho da educação, não seria um terço de quem sou hoje. Agradeço a meu pai, Carlos Eduardo, por também ser meu exemplo de dedicação e carinho. Sem a sua presença, seu conhecimento e carinho, não poderia estar onde estou e ter as visões que tenho hoje. Dedico esse trabalho a todos que estão aqui, mas especialmente a vocês.

Também agradeço aos meus avós, Amália, *in memoriam*, e Nêuton. O carinho e a formação de uma família linda, criada pelo coração, contribuíram para a minha formação enquanto pessoa. Agradeço também à minha avó Neuza, a quem tenho a sorte de ter ao lado e que serve de exemplo de amor à família. Por fim, agradeço ao meu avô Paulo, *in memoriam*, não foi apenas um avô, mas também um grande amigo. Aquele que me introduziu à leitura e a conseguir ter longas conversas sobre assuntos variados, a quem dedico esse trabalho junto a todos que estão nesse agradecimento.

Agradeço à minha família, a quem tenho a honra de falar que divido o coração e o sangue. Sem a companhia dos meus primos, Maynara, Ana Maria, Daniel, Amanda, Maria Eduarda e Mariana, não teria nem um pouco da leveza e a noção de fraternidade. Agradeço também ao meu irmão, Rafael, por ser um grande exemplo de irmandade e de inteligência, quem me inspiro diariamente. Agradeço também aos meus tios e tias, Alba, Arnaldo, Antonieta, Yara, Renato, Luiz Fernando e Fábio, *in memoriam*, os quais se fizeram presenças constantes e leves em minha vida.

Não só isso, sem as amigas que construí durante a minha vida, não teria metade da felicidade e realização que sinto hoje em dia. Sou uma pessoa profundamente sortuda de poder dividir minha vida e manter minhas amigas do Ensino Médio, que me viram nas minhas melhores e piores fases. Deixo um agradecimento especial à Amanda, André, Ana Clara, Bruna, Clarice, Caroline, Isabela, Júlia, Mariana, Nick e Rachel.

As amigas que fiz durante a faculdade me ajudaram a enxergar as vitórias e os fracassos desse período com muito mais leveza. Agradeço profundamente a todos que contribuíram nesse processo, sou sortuda em ter encontrado vocês. Deixo um agradecimento especial à Ana Kárita, que me acompanha desde o primeiro dia, Felipe, Beatriz e Higor, os

quais me acolheram e fizeram os meus dias muito melhores. Também agradeço à Maria Eduarda, Ísis, João Vitor, Bruno, Leonardo, Luiz Othavio, Maria Eduarda Goyatá, Jéssica, Maria Luísa e tantos outros que fizeram parte desse período. Espero que estejamos na vida um do outro em todos os anos que vem à frente.

Agradeço também ao meu orientador, Áureo Toledo, o qual me auxiliou e acompanhou o processo de idealização e escrita deste trabalho. Sem o seu apoio e orientação, não teria conseguido concluir esse trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia por ter proporcionado tantos anos de aprendizado. Entre os momentos caóticos, tive a oportunidade de aprender o que eu quisesse na universidade, tendo certeza que estou tendo acesso a um ensino de qualidade. Fico feliz que pude e posso chamar este lugar de casa. Viva ao ensino público e de qualidade!

RESUMO

A literatura acerca da resistência civil não-violenta (RNV) tem como principal propósito desmistificar as noções de que a violência é a melhor alternativa frente a governos repressivos e a ascensão de grupos rebeldes em um país. Contextos como a Primavera Árabe evidenciam a importância da resistência civil não-violenta e o sucesso que ela teve na Tunísia e no Egito. O trabalho também explora a dimensão de gênero da RNV, onde o papel das mulheres nessa forma de resistência sempre esteve presente e importante para os avanços de seus direitos e de suas comunidades. O foco da pesquisa é a análise destes dois âmbitos dentro da guerra civil Síria, onde a população foi às ruas em protestos não-violentos durante a Primavera Árabe, porém, com o aumento da repressão, as hostilidades escalaram para um conflito armado entre o governo e grupos rebeldes. O estudo parte da hipótese que, apesar de ser invisibilizada pela luta armada, a RNV feminina conseguiu preservar o tecido social sírio e credibilizar a resistência civil. Assim, o estudo utiliza análise qualitativa de movimentos de RNV femininos pela Síria e compara os movimentos Syrian Women's Political Movement e Syrian Women's Network.

Palavras-Chave: Resistência Não-Violenta, Mulheres, Síria, Guerra Civil

ABSTRACT

The main purpose of the literature on nonviolent civil resistance (NCR) is to debunk the notion that violence is the best alternative in the face of repressive governments and the rise of rebel groups in a country. Contexts such as the Arab Spring highlight the importance of nonviolent civil resistance and its success in Tunisia and Egypt. The work also explores the gender dimension of NCR, where the role of women in this form of resistance has always been present and important for the advancement of their rights and their communities. The focus of the research is the analysis of these two areas within the Syrian civil war, where the population took to the streets in nonviolent protests during the Arab Spring, but with the increase in repression, hostilities escalated into an armed conflict between the government and rebel groups. The study is based on the hypothesis that, despite being overshadowed by the armed struggle, female RNV managed to preserve the Syrian social fabric and lend credibility to the civil resistance. Thus, the study uses qualitative analysis of female RNV movements in Syria and compares the Syrian Women's Political Movement and the Syrian Women's Network.

Key words: Non-violent Resistance, Women, Syria, Civil War

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	10
a. OBJETIVO GERAL.....	10
b. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	11
4. METODOLOGIA.....	19
5. CRONOGRAMA.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

Apesar da resistência civil ser um tópico estudado na área de Relações Internacionais e de Estudos para a Paz, a dimensão não-violenta desta é pouco explorada, visto que a violência tende a ser vista como a alternativa mais bem sucedida na retirada de governos autoritários pelas análises *mainstream*. Contudo, o aumento dos conflitos civis na história recente demonstra a necessidade de observar diferentes formas de resistência, como a não-violenta, tendo em vista também a eficácia que estas possuem na derrubada de regimes autoritários, estabelecimento de democracias, além das dinâmicas dela durante os conflitos civis (Chenoweth, Cunningham, 2013; Garrido, Mouly, 2013). A não-violência, assim, é caracterizada como uma forma de combate civil construída para não se utilizar da violência, com escolhas conscientes e disciplina para fazer ações coletivas não-violentas (Codur, King, 2015).

A produção literária sobre a resistência não-violenta (RNV) tem como preocupação a desmistificação da ideia de que estratégias violentas são opções que trazem resultados mais positivos para a resolução de conflitos e de que é algo natural ao ser humano. Assim, é importante destacar o perigo da naturalização da guerra e da violência, com os autores também se perguntando se não pode haver um caminho alternativo para a resolução de conflitos. A Declaração de Sevilha (1986) aponta a falta de ligação entre a natureza humana e a violência, colocando-a como evitável, visto que existem diversas culturas e sociedades pacíficas. Ou seja, se a guerra e a violência são uma invenção humana, então o ser humano também pode produzir a paz e a não-violência (Bezerra, Kuhlmann, 2019).

Assim, a não-violência possui origens tanto filosóficas quanto religiosas e, no âmbito político, advém principalmente do pacifismo. Consiste, dessa forma, de diversas práticas políticas que pregam a não violação física do oponente, estando presentes em diversos momentos históricos. A expansão e solidificação da democracia, como argumentada por autores como Chenoweth (2008) e Howes (2013), ocorreu principalmente por movimentos que se utilizaram da não-violência, como os movimentos pela abolição da escravidão ao redor do mundo e os pelo sufrágio feminino. As principais estratégias não-violentas se dão pelo uso de greves, organização política, protestos, desobediência civil e intervenções não-violentas (Sharp, 1973 *apud* Howes, 2013).

A inclusão da dimensão de gênero e a participação de mulheres nesse debate, portanto, é essencial para compreender a agência das mulheres e o seu envolvimento em guerras civis não como somente vítimas, mas como atores ativos na luta contra regimes autoritários, na

transição democrática e na construção de uma paz de qualidade e duradoura (Krause, Olsson; 2022). Os movimentos feministas trouxeram contribuições significativas para o uso de estratégias criativas e alternativas de não-violência, tendo em vista a exclusão das mulheres das jurisdições e padrões sociais que optam pelo uso da violência política, como o serviço militar e a falta de acesso ao armamento. Assim, as ações femininas se concentram em solucionar os conflitos por meios que não sejam o confronto armado (Schock, 2013; Codur, King, 2015).

As lentes feministas sobre não-violência evidenciam que mulheres sempre estiveram presentes nos levantes sociais, seja como participantes, organizadoras ou ativistas, estando na linha de frente da resistência e desobediência civil. As estratégias utilizadas variam das formas tradicionais ao uso do sexo como método de persuasão. Codur e King (2015) apontam que os métodos alternativos de resistência advém das divisões patriarcais entre o que é masculino e o que é feminino, onde a mulher é restringida ao mundo doméstico, sendo vista como frágil, vulnerável e maternal. É a partir desse local que as formas de resistência não-violenta surgem, onde, em nome dos valores familiares, desafiam as autoridades e constroem movimentos que lutam pela democracia e pelos seus direitos e de outras comunidades.

Em 2011, as populações da Tunísia e do Egito se levantaram contra seus respectivos governos autoritários e os protestos se espalharam rapidamente para os outros países do Oriente Médio, formando, assim, a Primavera Árabe. A principal característica desses movimentos era a não-violência, onde os protestos e rebeliões se utilizavam de métodos pacíficos de enfrentar as suas autoridades. O resultado da Primavera Árabe foi positivo para países como a Tunísia e o Egito, os quais as mobilizações não-violentas obtiveram sucesso na derrubada de seus regimes. O sucesso desses movimentos conseguiu demonstrar a efetividade da resistência não-violenta em comparação com a violenta (Garrido, Mouly, 2013). Contudo, em diversos países, os governos implementaram medidas de repressão violenta a essas mobilizações, causando um efeito dominó com a ascensão de protestos violentos contra o governo e a formação de grupos rebeldes. O aumento dos conflitos entre o governo e estes grupos resultaram na eclosão de guerras civis, como na Síria e Líbia (Al-Ali, 2023; Garrido, Mouly, 2013).

No poder desde os anos 1970, a família al-Assad instalou uma ditadura dinástica na Síria, implementando um sistema de partido único, além de limitar e retirar diversos direitos políticos, civis e sociais da população. O levante iniciou-se pelos movimentos de base, compostos por aqueles mais reprimidos pelo regime, e rapidamente se espalhou pelo país.

Inicialmente, os protestos, se utilizando de estratégias não-violentas, solicitavam reforma política, mas depois da primeira semana, o levante passou a demandar a queda do regime de Assad. Com o aumento da repressão do governo, os movimentos populares passaram a ter um caráter mais violento, eventualmente formando grupos armados e, à medida que os embates com as forças do regime aumentavam, no verão de 2011, a guerra civil síria eclodiu. Nisso, as formas de resistência não-violenta passaram a ter maiores dificuldades em se estabelecer e conseguir apoio da população e, por conseguinte, diversos deles desaparecem completamente (Kahf, 2014; Garrido, Mouly, 2013).

As ações do governo de Assad e a guerra civil não só atingiram a resistência não-violenta síria, mas também diversos grupos minoritários que ganharam poder e destaque durante a Primavera Árabe, como as mulheres sírias. Apesar de poderem votar e se candidatar nas eleições, o governo sírio possui um histórico de implementação de leis discriminatórias contra as mulheres e, com as rebeliões em 2011, elas se levantaram para demandar por mudanças. Assim, diversos protestos e mobilizações pacíficas foram lideradas e organizadas por mulheres sírias, exigindo não só o fim do regime e sistema político sírio, mas também políticas de inclusão e igualdade de gênero e expansão dos direitos das mulheres na Síria (Moore, Talarico, 2015).

Com a eclosão da guerra civil, meninas e mulheres foram diretamente afetadas pelas hostilidades e violência generalizada no país. Não só a participação política e agência que a Primavera Árabe proporcionou foram retiradas, mas elas se tornaram vítimas da guerra rapidamente, sendo presas e torturadas pelas forças de segurança do governo para obtenção de informações, além de comporem a maioria dos acampamentos de refugiados. A ascensão da violência sexual como arma de guerra também contribuiu para a subjugação dessas mulheres no contexto da guerra. Ademais, nas tentativas de negociação e construção de um acordo de paz, as mulheres sírias também foram excluídas das rodadas de conversas (Moore, Talarico, 2015).

Ainda assim, não só a resistência civil não-violenta se manteve presente, em uma escala menor e ao nível local, como houve um contínuo envolvimento de mulheres neles, mobilizando atores da sociedade civil para o fim da guerra e para a formação de lideranças locais em favor da inclusão e igualdade de gênero (Moore, Talarico, 2015). Enquanto na primeira fase da revolução essas mulheres estavam fortemente envolvidas na organização e liderança de diversos protestos e mobilizações, seus papéis mudaram drasticamente na segunda fase, atuando principalmente no apoio as necessidades da população e no trabalho humanitário (Altalli, Codur, 2015). Assim, movimentos como o Stop the Killing e o Brides

for Freedom surgiram para protestar contra a guerra e a radicalização da população. Não só isso, organizações como o Syrian Women's Initiative for Peace and Democracy (SWIPD), Syrian Women's Political Movement e o Syrian Women's Network surgiram com a intenção de informar, mobilizar e politizar a população contra a guerra e o regime de Assad, além de promover a emancipação feminina síria.

Apesar da queda de Bashar al-Assad ter sido realizada pela invasão de movimentos rebeldes em dezembro de 2024, o fim da guerra e as possibilidades de transição democrática e construção da paz contaram com participação essencial da resistência não-violenta (Khurma, 2025). Não só isso, a expansão do papel da mulher síria durante a guerra, mesmo em meio às tentativas de subjugação pelo governo e pelos grupos extremistas, evidencia que não é possível continuar a ignorar a participação feminina nos movimentos de resistência (Saleh, 2020). Nesse sentido, essa pesquisa pretende responder à pergunta: *como os movimentos de resistência civil não-violenta feitos por mulheres contribuem para as perspectivas de construção da paz na Síria?*

Este estudo parte da hipótese de que, apesar de ser menos visível do que a luta armada, a resistência civil não-violenta liderada por mulheres na Síria conseguiu preservar estruturas sociais, documentar violações cometidas pelo governo e pelos rebeldes, além de criar alternativas locais para a paz no país — mesmo que, a longo prazo, a sua sustentabilidade dependa de fatores externos. Ademais, o papel dessas mulheres foi essencial para dar aos movimentos RNV sírios a credibilidade necessária para que mais civis optassem por apoiar as tentativas não-violentas de derrubar o regime e acabar a guerra no país.

A pesquisa, nesse sentido, busca preencher a lacuna de estudos sobre o envolvimento de mulheres na resistência civil não-violenta através do estudo das mobilizações realizadas na Síria. A análise do caso sírio se mostra relevante ao observar como essa forma de resistência liderada por mulheres auxilia na construção de alternativas políticas locais, essencial para a manutenção do tecido social sírio e para assegurar uma transição democrática e construção da paz efetivas no país. Não só isso, o caso sírio é interessante na introdução das redes sociais como um meio para resistência civil, especialmente a não-violenta. Diversos movimentos, principalmente os feitos por mulheres sírias, se utilizavam e se utilizam do meio digital para relatar as violências e o desenvolvimento da guerra civil, bem como mobilizar manifestações e divulgar ações de *advocacy* para a população.

Por fim, o estudo considera movimentos que possuem alta participação feminina tanto na liderança quanto nas suas ações e os que são compostos somente por mulheres. Assim, os movimentos a serem analisados são o Syrian Women's Political Movement e Syrian Women's

Network. O recorte temporal será desde o período da Primavera Árabe no país, em março de 2011, até a queda de Bashar al-Assad, em dezembro de 2024.

2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

a. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente trabalho é compreender a importância de movimentos de resistência civil não-violenta com participação feminina nos esforços locais para mitigação das hostilidades e construção da paz na Síria.

b. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- i. Compreender o estado da arte sobre resistência civil não-violenta em guerras civis e o envolvimento de mulheres e de ideologias de inclusão de gênero nestes movimentos;
- ii. Levantamento informativo sobre a guerra civil na Síria, desde as movimentações na Primavera Árabe, em 2011, até a queda de Bashar al-Assad em dezembro de 2024;
- iii. Identificar as principais formas de resistência civil não-violenta com participação feminina na Síria;
- iv. Examinar os principais desafios enfrentados por estes movimentos e os impactos dessas ações na sociedade civil síria;
- v. Compreender, a partir do aporte teórico e empírico, como movimentos de resistência civil não violentas liderados por mulheres contribuem para a criação de alternativas políticas em contextos de guerras civis e para a perspectiva futura de construção da paz.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Os debates sobre a eficácia dos métodos de guerra e resistência têm implícita a suposição que a forma mais eficaz de travar uma luta política é a violência. Para estes, os métodos violentos são escolhidos por serem mais efetivos que os não-violentos em alcançar seus objetivos políticos (Stephan, Chenoweth, 2008). A violência passa a ser naturalizada e justificada, vista não só como necessária, mas também uma boa opção em certas ocasiões, sendo assim a principal medida para identificar se há um conflito ou não em um determinado local (Bezerra, Kuhlmann, 2019). Assim, diversos acadêmicos assumem que a ausência de conflito violento significa não haver conflito, mascarando e ignorando as outras estratégias de

mudança política que evitam o dano físico ao inimigo. A não-violência é um indicativo de conflito e a sua utilização se dá tanto por motivos morais, quando instrumentais. Compreender as formas de pensar e fazer a não-violência nos permite ampliar a visão sobre a sua definição, evolução e como estudá-la nos conflitos contemporâneos (Chenoweth, Cunningham, 2013; Asal *et al.*, 2013).

O estudo da não-violência, nesse sentido, tenta desmistificar a ideia de que as estratégias violentas são opções positivas e trazem mais resultados na resolução de conflitos, desnaturalizando a ideia de que ela inerente ao ser humano. Assim, se a humanidade conseguiu aprender a ser violenta e a fazer guerra, não seria possível aprender a existir de uma forma não-violenta e pacífica? Se existem diversas sociedades pacíficas, então é possível aprender com elas. Esse questionamento é a base para o pensamento não-violento na sua forma religiosa, filosófica e política (Bezerra, Kuhlmann, 2019).

Existem duas correntes principais de discussão sobre a não-violência: uma que observa esta como um meio de vida — influenciada pelas ideias e filosofias de Gandhi —; e a que a considera como a melhor estratégia para se conseguir algo — influenciada pelos estudos de Gene Sharp. Mahatma Gandhi foi um dos pioneiros e uma das grandes figuras da realização da prática não-violenta e, nas suas organizações, moveu-se para além da desobediência civil individual, colocando a resistência como algo coletivo a ser praticado local e nacionalmente. Vindo do sânscrito, *Ahimsa*, o termo não-violência se constitui como a negação da violência e, levada ao ocidente por Gandhi, traduz a ideia de domar e transmutar o sentimento de destruição do outro que existe em cada um. Nisso, a violência começa dentro de cada indivíduo, se expandindo para fora em forma de pensamento e depois em forma de ação (Schock, 2013; Bezerra, Kuhlmann, 2019).

Para Gandhi, quem utiliza a não-violência não implica em ser uma pessoa passiva, mas sim que não reagirá com violência. Assim, desenvolveu a abordagem *satyagraha*, onde é necessário se contrapor à violência com a não-violência ativa, ou seja, ao não ser violento, é possível expor a violência do outro e, portanto, o erro deste. Dessa forma, é importante notar que a filosofia de Gandhi implicava no uso da não-violência no próprio cotidiano, não somente em situações de conflito (Schock, 2013; Bezerra, Kuhlmann, 2019).

Schock (2013) analisa as visões de diversos autores, inclusive de Gene Sharp, um dos pioneiros na conceitualização da resistência não-violenta. Baseando-se nos mesmos princípios de Gandhi, Sharp determina que, estrategicamente, é preciso ensinar as pessoas a desobedecerem às leis e ordens injustas. Sharp determina que os governantes necessitam do consentimento e cooperação para legitimar seu regime e, quando a população se levanta

contra, sua estabilidade passa a corroer. Para ele, a derrubada de governos repressivos não se dá somente pela violência, ou seja, se uma quantidade de pessoas suficientes se recusa a apoiar o governo por tempo o suficiente, então o poder governamental entra em declínio. Assim, o desafio político da não-violência visa destruir as fontes necessárias ao poder político e, para que isso ocorra, é preciso que a população saiba agir violentamente, a fim de evitar a ascensão de métodos violentos de resistência.

Sharp classifica as ações não-violentas em três: protestos, não-cooperação e intervenção; ditando que o sucesso dessas se dá pela construção desde a base, mantendo a solidariedade e a disciplina em continuar no caminho sem violência. Ademais, o autor também apresenta diversas estratégias para utilizar a não-violência. Para ele, é necessário haver um planejamento realista; uma liderança; uso da propaganda; possuir pilares de apoio; resistir ao uso da violência; superar a hiper divisão, ou “atomização”, da sociedade; e não desistir (Sharp, 1973, *apud* Schock, 2013; Bezerra, Kuhlmann, 2019).

Assim, as definições de resistência não-violenta variam a depender do autor. Para Zunes (1999), consiste em um comportamento conflituoso que se utiliza de atos não-convencionais para implementar mudanças substanciais sem o uso de dano intencional a pessoas e/ou propriedades (Zunes, 1999 *apud* Garrido, Mouly, 2013). Já para Chenoweth e Cunningham (2013), é:

Aplicação do poder de civis não armados se utilizando de métodos não violentos como protestos, greves, boicotes e manifestações sem usar ou ameaçar o dano físico contra o oponente [...] trabalhando fora dos canais definidos e aceitos de participação política pelo Estado (Chenoweth, Cunningham, p. 271, 2013, tradução da autora).

Empiricamente, o esforço se dá na demonstração da eficácia dos movimentos não-violentos e o seu papel na criação e solidificação de regimes democráticos no mundo. Chenoweth e Stephan (2008) apontam que somente mediante movimentos abolicionistas e sufragistas, os quais se utilizaram majoritariamente de estratégias não-violentas, foi possível haver uma expansão significativa da democracia. Ao mesmo tempo, demonstra-se que possuir maior poderio militar e/ou utilizar-se de maior violência não implica na vitória em uma guerra, ou em um conflito físico. O uso da não-violência efetivamente consegue manter e aumentar as vantagens políticas sobre os oponentes, além de, diante da repressão de governo autoritários, é possível se manter resiliente (Howes, 2013).

Tendo em vista a importância dada às ações do dia a dia por esta pesquisa, é importante notar que, quando estudada no contexto de conflitos armados, os estudos desenvolvidos sobre a resistência civil, principalmente a não-violenta, não dão a devida

importância para as dinâmicas e processos ao nível comunitário e individual. A resistência diária, nesse sentido, pode se manifestar como atos sutis de não cooperação ou pela adaptação para as condições de guerra na qual a população vive. Assim, para Hallward, Masullo e Mouly (2017, p. 3) “a resistência civil pode proteger parcialmente, manter e restaurar as relações sociais e apoiar a coesão e resiliência, construindo o caminho para o *peacebuilding* e desenvolvimento”. Não só isso, a agência civil é um aspecto central para a compreensão dessas dinâmicas. Isso porque os civis aprendem a lidar e navegar os cenários incertos da guerra, mas podendo explorá-los para aumentar a sua segurança e de sua comunidade, reduzindo sua dependência em estruturas repressivas e os tornando agentes de seus processos de mudança social e política (Hallward, Masullo, Mouly; 2017).

Além disso, os movimentos não-violentos possuem uma vantagem em resistir à opressão ao atraírem a atenção e participação de diversos grupos sociais. Isso porque a participação ativa em campanhas violentas exige não só habilidades físicas, mas também um certo nível de risco que o participante está disposto a se expor. Movimentações não-violentas conseguem atrair diversos níveis de comprometimento e tolerância de risco, visto que as pessoas podem participar nas linhas de frente dos protestos e mobilizações, ou participar em casa, por meio de boicotes e greves (Chenoweth, Stephan, 2008).

Movimentos liderados por mulheres historicamente aplicam e defendem métodos não-violentos na defesa por mudanças sociais significativas para haver condições iguais entre homens e mulheres. A exclusão sistemática de mulheres de jurisdições, cargos e decisões políticas impacta diretamente na decisão delas em participar ou não de movimentos violentos, onde, ao não serem incluídas no serviço militar ou vistas como capazes de utilizar armas, optam por estratégias não-violentas de mobilização. A escolha, assim, se dá por necessidade e de forma tática, contribuindo significativamente para o uso de métodos criativos de mobilização, além de tratar das raízes da violência (Schock, 2013; Codur, King, 2015).

Para Asal *et al.* (2013), a inclusão de discussões sobre gênero, especialmente voltadas a de fato fornecer condições igualitárias para homens e mulheres, é essencial para um movimento engajar-se na não-violência. Assim, o argumento principal dos autores é que diferentes ideologias produzem diferentes escolhas no que tange a forma que a mobilização toma. Noções que pendem para uma maior misoginia e exclusão de gênero tendem a produzir sociedades e movimentos com maiores níveis e aceitação de violência. Dessa forma, a inclusão de mulheres em cargos de poder, mas principalmente a adoção de ideologias de igualdade de gênero, não só produzem sociedades mais pacíficas, mas também reduz o uso de estratégias violentas de resistência (Asal *et al.*, 2013).

A introdução da dimensão de gênero no pensamento das Relações Internacionais também trouxe repercussões e transformações no campo de Estudos para a Paz, onde as perguntas passam a não centralizar a guerra por si só, mas como a violência atravessa os diversos âmbitos sociais dentro e fora de períodos de conflito. Não só isso, questionam também quem produz os conhecimentos do campo e a exclusão de mulheres (Roque *et al.*, 2019). Assim, Enloe (1989) defende que o pessoal é político e internacional, ou seja, a vida cotidiana e as dinâmicas entre homens e mulheres moldam a esfera mundial. Nesse sentido, nos Estudos para a Paz, a reflexão reside no papel da guerra em construir, consolidar e perpetuar determinados papéis de gênero, em que as mulheres, em sua maioria, são colocadas em uma condição de subordinação, sendo vistas como vítimas e construtoras inatas da paz. Assim, tem-se a invisibilização de diversas experiências de mulheres na guerra, na construção da paz e nas próprias formas de resistência civil (Roque *et al.*, 2019).

As concepções de gênero baseadas em estereótipos distorcidos constroem noções de segurança e paz que legitimam o uso da violência. A visão do homem como protetor natural, por exemplo, justifica o uso da violência e da militarização para a defesa de seu território, o que associa a masculinidade à força excessiva. Essa dinâmica reforça a ideia de que a mulher, e a feminilidade, é frágil e precisa de proteção constante. A masculinidade é então atrelada ao ambiente externo ao lar, enquanto a feminilidade restringe as mulheres ao espaço doméstico, colocando-as em uma posição de esposas e mães dedicadas, frágeis e vulneráveis, e consideradas incapazes de agir racionalmente (Enloe, 1989).

Contudo, essa narrativa que relaciona o aumento da segurança com o aumento da militarização não cria ambientes seguros de fato, mas sim ambientes cada vez mais violentos. Não só isso, gera uma constante exclusão de mulheres da política internacional e nacional, não as colocando como agentes políticas de fato (Enloe, 1989). As estratégias femininas de resistência nascem desse ambiente, desafiando as autoridades em nome de valores familiares “superiores” e criando dilemas políticos com seus governos (Codur, King, 2015).

Assim, o uso desses papéis dá algumas vantagens às mulheres em movimentos de resistência civil quando comparados a homens. Primeiramente, a presença de mulheres diminui o nível de violência e repressão de forças de segurança, visto que a violência direta contra mulheres e crianças em contextos armados enfrenta mais constrangimentos em comparação a homens. As forças de segurança apresentam uma maior hesitação em atacar mulheres desarmadas, enxergando como menos agressivas e perigosas que um grupo de homens. Não só isso, a presença delas nesses movimentos diminui a chance de surgir comportamentos violentos dentro deles, sendo figuras de manutenção da disciplina

não-violenta. A presença feminina nesses movimentos também aumenta as chances de horizontalização deles, onde as responsabilidades e lideranças são compartilhadas entre os membros (Codur, King, 2015).

Na linha de frente de uma resistência silenciosa e invisibilizada, a participação de mulheres em movimentos civis foi essencial para que houvesse uma ampliação de direitos para a sociedade civil num geral, muito antes da sua própria libertação. O envolvimento de mulheres foi e é em todos os níveis de mobilização, seja como participantes, organizadoras e ativistas, provendo comida e abrigo para aqueles que participavam na linha de frente. Não só isso, o uso do sexo como maneira de persuasão é recorrente em diversos casos, como o da Libéria, em 2003, durante a guerra civil no país, em que foi criada a Women of Liberia Mass Action for Peace (WLMAP). O movimento se utilizou de diversas estratégias não-violentas para protestar contra a guerra e solicitar pela paz, sendo essencial para a assinatura do cessar-fogo e o encaminhamento da construção da paz no país (Codur, King, 2015).

Krause e Olsson (2022) apontam a questão de gênero como um dos pontos centrais para o desenvolvimento de uma paz duradoura e de qualidade. Os processos de *peacebuilding*, e a própria condução de conflitos civis, não são lineares e possuem diversas fases, as quais podem se sobrepor ou não. Ainda assim, as autoras enfatizam a necessidade da inclusão não só de mulheres, mas também de ideais que de fato defendam a igualdade de gênero, para que os acordos de paz garantam as bases para uma reestruturação social pós-guerra. Dessa forma, o papel feminino sai da condição de vítima e passa para a agência e maior independência de ação, onde as mulheres são tão construtoras da paz quanto homens. Assim, processos de paz e de resistência que não possuem a inclusão feminina e de igualdade de gênero (a) tendem a ser mais violentos; (b) não produzem perspectivas de paz e reestruturação local e nacional efetivas; (c) não auxiliam nas formas de resistência diária.

A participação de mulheres em movimentos de resistência no Oriente Médio não se deu somente na Primavera Árabe. Apesar do nível de participação, em todas suas variedades, de mulheres ter sido significativo, seu envolvimento é histórico em movimentos anti-coloniais, de independência, partidos políticos, organizações civis, entre outros. Não só isso, tendo em vista que o desenvolvimento dos governos do Oriente Médio teve como base a discriminação e exclusão de mulheres, estas vêm se mobilizando desde o século XX para conseguir um maior espaço político e direitos em seus países (Al-Ali, 2023; Altalli, Codur, 2015).

Nesse sentido, a participação de mulheres na Primavera Árabe incluía a rebelião contra as ditaduras, mas também contra a misoginia institucional e sistemática na região.

Assim, apesar dos casos de estupro e assédio sexual durante os protestos em 2011 terem aumentado, o número de mulheres dispostas a denunciar e falar publicamente sobre o tópico também aumentou, algo que não acontecia antes de 2011 (Al-Ali, 2023). A onda de protestos, ao criticar e desafiar as ordens institucionais e os valores propagados pelos governos autoritários no Oriente Médio, forneceu uma maior agência às mulheres da região.

Na Síria, os movimentos de resistência não-violência se manifestaram não só pelas formas clássicas, como protestos, mas também pela utilização das redes sociais. As mobilizações foram motivadas quando, em março de 2011, quinze adolescentes escreveram frases contra o regime de Bashar al-Assad nas paredes de sua escola, em Daraa. As crianças foram brutalmente torturadas e, como consequência, a população passou a se mobilizar contra não só a crueldade do regime, mas também a não cooperar e consentir ao governo. Rapidamente as ações não violentas passaram a ser coordenadas local e nacionalmente pela formação de comitês, incluindo diversos setores sociais (Garrido, Mouly, 2013).

Com isso, as diferentes camadas da sociedade síria passaram a se organizar para manifestar contra o regime autoritário, lhes dando agência e voz para reivindicar seus direitos políticos, sociais e civis, como as mulheres sírias. Assim, os levantes passaram a não só a ser sobre a legitimidade de Bashar al-Assad, mas também sobre o sistema político, o qual possui uma crise de representatividade profunda — o poder foi monopolizado por somente um partido político por mais de 50 anos. Estas questões afetam principalmente as mulheres, pois, apesar de terem conseguido o direito ao voto em 1949 e o direito a se candidatar em 1953, o histórico de leis discriminatórias do governo de al-Assad impossibilitou a representação pública e política efetiva delas. Em um governo autoritário, o direito ao voto também se tornou insignificante, pelo menos até 2011. Durante o início dos protestos, diversos movimentos foram organizados por mulheres, tomando posições de liderança principalmente (Moore, Talarico; 2015).

A participação feminina e a escolha pela não-violência no início dos protestos na Síria eram diversas. Enquanto muitas já vinham trabalhando, mesmo sob forte repressão do governo, pela democracia e avanço no direito das mulheres, outras se envolveram somente a partir dos protestos em 2011. O ponto de intersecção entre as mobilizações femininas ao redor do país era a visualização da não-violência como o único caminho para libertação das amarras do regime de Assad. Assim, as práticas emergiram a partir das suas experiências cotidianas, utilizando tanto das redes sociais para expressar seus desejos revolucionários quanto indo para os protestos ao redor do país, como os protestos de mulheres em Bayda, em abril de 2011. Estas mulheres, as quais não havia se envolvido com política no país até esse ponto, foram

para as ruas para demandar a libertação de seus maridos e parentes das prisões, conseguindo a eventual libertação deles (Al-Natour, 2020).

Contudo, com o aumento da repressão do governo, a sociedade síria passou, lentamente, a se armar e dividir em diferentes facções. Com a escalada das hostilidades e a eclosão de uma guerra civil entre as forças do regime e da oposição, a resistência não-violenta síria passou a enfrentar dificuldades em se manter relevante e com apoio da população. As atuações passaram a focar no trabalho humanitário e a se internacionalizar, obtendo apoio de sírios que fugiram do país antes dos levantes em 2011 ou com a eclosão da guerra (Kahf, 2014).

Entre os grupos afetados pelo conflito, as mulheres estavam entre os mais afetados. A agência e independência que os movimentos iniciais as deram lhes foram retirados, as forçando para a posição de vítimas novamente (Moore, Talarico; 2015). A mudança de protestos pacíficos para uma guerra civil e regional na Síria também transformou o papel delas, participando como ativistas políticas, humanitárias, cuidadoras e provedoras. Nisso, surgiram diversos grupos voltados para prover cuidado médico a população, seja no atendimento para ferimentos na guerra, quanto para cuidados básicos, além de trabalho jornalístico de documentação das atrocidades do regime e dos grupos extremistas. Em um país diverso étnica e religiosamente, as mulheres sírias solicitavam pela visão do país como um só (Saleh, 2020). Movimentos como o “Stop the Killing” e “Brides of Freedom”, ambos de 2012 e liderados por mulheres, solicitavam pela diminuição das violências e fim da radicalização no país. Essas duas mobilizações tinham como objetivo não só protestar contra a guerra, mas também revigorar o papel central da mulher síria na revolução, aumentar a participação local e reaver a agência síria na revolução — ou seja, combater a polarização e o extremismo que havia tomado conta do país no momento (Kahf, 2020).

Com o desenrolar da guerra, a participação de mulheres também tornou-as alvo tanto do regime de Assad quanto dos grupos rebeldes, sendo sequestradas, presas, torturadas, estupradas e mortas. Essas questões passaram a afetar também o envolvimento delas na revolução, mas também na sua segurança, no acesso a necessidades básicas e na sua mobilidade, principalmente com o envolvimento de grandes potências no conflito, como os EUA e Rússia, e o lançamento de mísseis no território sírio, principalmente nos primeiros cinco anos da guerra, e pontos de checagem em áreas controladas pelo governo (Saleh, 2020).

Ainda assim, mesmo com a exclusão e imposição de normas violentas, diversas mulheres continuaram a se mobilizar dentro e fora da Síria para solicitar pelo fim da guerra. Grupos como o *Syrian Women's Political Movement* e *Syrian Women's Network* foram e são

importantes para o desenvolvimento da resistência localmente, mediante ações de *advocacy* para mulheres e formação de lideranças. Não só isso, as documentações das violações e a divulgação delas ao nível nacional e internacional contribuem para a pressionar a comunidade internacional a exigir negociações e um acordo de paz entre as partes combatentes (Moore, Talarico, 2015). Assim, esses movimentos evidenciam a liderança tomada pelas mulheres sírias na sociedade civil e no ativismo pela paz enquanto os homens sírios se tornam cada vez mais envolvidos na guerra e nas violências (Enloe, Krause, 2015).

Apesar de sua importância, as mulheres sírias e os movimentos que lideram foram e ainda são excluídos das rodas de conversa sobre pacificação e construção da democracia no país. Em 2014, a Conferência de Genebra II sobre a Síria falhou em observar a perspectiva feminina sobre a guerra e a incluí-las nas rodas de conversa sobre pacificação no país (Krause, Enloe, 2015). Nesse sentido, nota-se a importância destes movimentos na manutenção do tecido social sírio e construir as bases locais para mecanismos de justiça de transição efetivas, e administração local para paz. Não só isso, o papel das mulheres síria na resistência civil não-violenta evidencia a força que os movimentos feministas e a participação política de mulheres possuem, não podendo mais serem ignoradas em qualquer nível por governos autoritários, pela comunidade internacional, ou por acadêmicos e especialistas.

4. METODOLOGIA

Para analisar a atuação de mulheres nos movimentos de resistência não-violenta na Síria, objeto do estudo, e seu impacto nas possibilidades de construção da paz no país, será realizada uma pesquisa descritiva e exploratória associada a estudos de caso comparativos. Assim, a investigação possui uma abordagem qualitativa, onde a seleção de movimentos e o mapeamento destes, detalhado abaixo, permite explicar os efeitos na Síria. Ademais, a análise possui um recorte temporal, sendo este desde o início da Primavera Árabe na Síria, em março de 2011, até a queda de Bashar al-Assad, em dezembro de 2024.

Em primeiro lugar, será feita uma revisão de literatura acerca da resistência civil não-violenta e a participação de mulheres e de ideologias de inclusão e igualdade de gênero, a fim de compreender o estado da arte sobre o tópico. Após isso, será feita uma investigação sobre a Primavera Árabe na Síria e a eclosão da guerra civil no país, até a queda de Bashar al-Asad, bem como sobre a participação dos movimentos de resistência civil não-violenta neles e a participação feminina nestes, mediante coleta e análise de artigos científicos, reportagens da mídia internacional e local, relatórios e documentos de análise oficiais.

Após essa fase, haverá a coleta, sistematização e organização da participação de mulheres nos movimentos de resistência civil não-violenta na Síria. A identificação desses movimentos auxilia na compreensão da disposição deles no território sírio, bem como a atuação na guerra civil, onde a medição do nível de participação feminina em cada é relevante para cumprir com os objetivos da pesquisa. Nesse sentido, o estudo procurará movimentos que: surgiram durante a revolução e a guerra; possuem uma alta participação feminina; a participação pode incluir posições de liderança e/ou alto envolvimento de mulheres nas ações do grupo; que foram construídos por mulheres; que possuem participação somente de mulheres; dos movimentos de resistência civil não-violenta liderados por mulheres que atuaram no período da Primavera Árabe e da guerra civil.

A utilização desses critérios permite que o estudo consiga delimitar melhor as atuações de mulheres no ativismo não-violento na Síria, visto que a participação feminina vem em diversos níveis, desde a construção à participação somente nas ações à liderança desses movimentos. A partir disso, a construção de uma base de dados com estes movimentos é essencial, a qual, em primeira instância, será dividida no ano de surgimento, nível de participação (sendo este, criação, liderança e/ou participação somente nas ações realizadas), local do movimento (indicação da cidade e região na Síria) e tipo de ação (utilização de redes sociais, protestos, negociação com autoridades, ações de *advocacy* com a comunidade, documentação de violências e histórias de civis e/ou ações mistas).

A realização de um mapeamento sobre os movimentos se mostra relevante para preencher a lacuna da participação feminina na revolução síria e na resistência contra as hostilidades da guerra. Contudo, para compreender melhor os efeitos da participação feminina na resistência não-violenta síria, pretende-se realizar uma comparação da atuação dos movimentos *Syrian Women's Political Movement* e *Syrian Women's Network*. Tendo em vista que os movimentos possuem como base a realização de projetos de formação de lideranças femininas comunitárias, propagação de informação, além de registrar as violações contra direitos humanos feitas tanto pelo governo quanto pelos grupos rebeldes, a comparação entre eles se mostra relevante para compreender as diferentes formas de atuação que cada movimento tem e os efeitos que possuem na sociedade síria.

As fontes para o mapeamento dos movimentos são diversas, onde as fontes primárias serão: relatórios de organizações não-governamentais e internacionais, além de relatos e reportagens. Também serão utilizados os sites das organizações comparadas, além de bases de dados sobre RNV já existentes, como o *Nonviolent and Violent Campaigns and Outcomes Data Project* (NAVCO Data Set).

5. CRONOGRAMA

Para haver um maior detalhamento das atividades a serem realizadas no período, estabeleceu-se as seguintes atividades, com seus devidos artifícios identificados na tabela abaixo:

Tabela 1: Cronograma de atividades

Atividade	2026/1	2026/2	2027/1	2027/2
Leitura da bibliografia selecionada				
Mapeamento dos movimentos				
Levantamento, organização documental e análise				
Leitura sobre repressão feminina na Síria e na guerra civil				
Redação do capítulo 1				
Análise dos movimentos escolhidos				
Qualificação				
Redação do capítulo 2				
Redação do capítulo 3				
Revisão e ajuste do texto, conforme debate com o(a) orientador(a)				
Defesa da dissertação				

Fonte: Elaboração própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-ALI, Nadjé. Political Transformations, Protests, (Counter) Revolutions, and Body Politics in the Middle East. In: JOSEPH, Suad; ZAATARI, Zeina (ed). **Routledge Handbook on Women in the Middle East**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2023, cap. 14, p. 212-220.

AL-NATOUR, Manal. Strategies of Nonviolent Resistance: Syrian Women Subverting Dominant Paradigms. In: TEPHAN, Rita; CHARRAD, Mounira M. (ed.). **Women Rising: In and Beyond the Arab Spring**. New York: New York University Press, 2020, cap. 36, p. 330-338.

ALTALLI, Rajaa; CODUR, Anne-Marie. The Syrian Revolution as Lived and Led by Women Activists. In: KURTZ, Mariam M.; KURTZ, Lester R. (ed). **Women, War and Violence: Topography, Resistance and Hope**. Vol. 1. Santa Barbara, California; Denver, Colorado: Praeger Security International, 2015, cap. 18, p. 299-324.

ASAL, Victor; LEAGULT, Richard; SZEKELY, Ora; WILKENFIELD, Jonathan. Gender ideologies and forms of contentious mobilization in the Middle East. **Journal of Peace Research**, vol. 50, nº 3, 2013, p. 305-318.

BEZERRA, Catarina Rose; KUHLMANN, Paulo R. L. Não Violência e Movimentos pela Paz. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo R. L. (org.). **Estudos para a paz: Conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora UFS, cap. 4, p. 119-150, 2019.

BRAMSEN, Isabel. Avoiding violence: eleven ways activists can confine violence in civil resistance campaigns. **Conflict Resolution Quarterly**, 2019, p. 1-16.

CHENOWETH, Erica; CUNNINGHAM, Kathleen G. Understanding nonviolent resistance: An introduction. **Journal of Peace Research** (Special Issue: Understanding Nonviolent Research), vol. 50, nº 3, 2013, p. 271-276.

CODUR, Anne-Marie; KING, Mary Elizabeth. Women in Civil Resistance. In: KURTZ, Mariam M.; KURTZ, Lester R. (ed). **Women, War and Violence: Topography, Resistance and Hope**. Vol. 1. Santa Barbara, California; Denver, Colorado: Praeger Security International, 2015, cap. 24, p. 401-446.

ENLOE, C. **Does khaki become you?** The militarization of women's lives. London: Pluto Press, 1989.

ENLOE, Cynthia. Gender Makes the World Go Round: where are the women?. In: ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. 1989. Berkeley: University of California Press, 2ª ed., 2014, cap. 1, p. 1-36.

GARRIDO, María Belén; MOULY, Cécile. Achievements and Challenges of the Nonviolent Movement in Syria. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 38-50, jul. 2013.

HALLWARD, Maia; MASULLO, Juan; MOULY, Cécile. Civil Resistance in Armed Conflict: Leveraging Nonviolent Action to Navigate War, Oppose Violence and Confront Oppression. **Journal of Peacebuilding & Development**, vol 12, nº 3, p. 1-9, 2017.

HOWES, Dustin Ells. The Failure of Pacifism and the Success of Nonviolence. **Perspectives on Politics**, vol 11, n. 2, 2013, p. 427-446.

KAHF, Mohja. The Syrian Revolution, Then and Now. **Peace Review: A Journal of Social Justice**, vol. 26, 2014, p. 556-563.

KAHF, Mohja. Two Nonviolence Campaigns Initiated by Women in Syria. In: STEPHAN, Rita; CHARRAD, Mounira M. (ed.). **Women Rising: In and Beyond the Arab Spring**. New York: New York University Press, 2020, cap. 7, p. 58-67.

KHURMA, Merissa. **How Syrian Women Are Shaping Their Country's Future**. Rice University's Baker Institute for Public Policy. 2025. Disponível em: <https://www.bakerinstitute.org/research/how-syrian-women-are-shaping-their-countrys-future>. Acesso em: 16 abr. 2025.

KRAUSE, Jana; ENLOE, Cynthia. A Wealth of Expertise and Lived Experience. **International Feminist Journal of Politics**, vol. 17, nº 2, p. 328-338, 2015.

KRAUSE, Jana; OLSSON, Louise. Women's Participation in Peace Processes. In: MAC GINTY, R.; ST. JOHN, A. W (ed.). **Contemporary Peacemaking**. 3ª ed. Suíça: Palgrave Macmillan, 2022, cap. 6, p. 103-120.

MOORE, Catherine; TALARICO, Tarsila. Inclusion to Exclusion: Women in Syria. **Emory International Law Review** (Theme Issue: Peace and Conflict Resolution in Syria), vol. 30, nº 2, p. 213-260, 2015.

ROQUE, Sílvia; SANTOS, Rita. Gênero, Feminismos e Estudos para a Paz. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo R. L. (org.). **Estudos para a paz: Conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora UFS, cap. 13, p. 419-457, 2019.

SALEH, Layla. "The Factory of the Revolution": Women's Activism in the Syrian Uprisings. In: STEPHAN, Rita; CHARRAD, Mounira M. (ed.). **Women Rising: In and Beyond the Arab Spring**. New York: New York University Press, 2020, cap. 39, p. 354-362.

SCHOCK, Kurt. The practice and study of civil resistance. **Journal of Peace Research**, vol. 50, nº 3, p. 277-290, 2013.

STEPHAN, Maria J.; CHENOWETH, Erica. Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict. **International Security**, vol. 33, n. 1, 2008, p. 7-44.